



Exercícios

Lei nº 14.133/2021 Licitações e Contratos

Ano: 2023 **Banca:** INSTITUTO AOC **Órgão:** PC-GO **Prova:** INSTITUTO AOC - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe

1. Considerando o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que NÃO representa um dos objetivos do processo licitatório previsto em lei.

- A) Suprir as necessidades da Administração Pública observando a supremacia do interesse público.
- B) Evitar contratações, com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis, e superfaturamento na execução dos contratos.
- C) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- D) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- E) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOC **Órgão:** PC-GO **Prova:** INSTITUTO AOC - 2022 - PC-GO - Papiloscopista Policial da 3ª Classe

2. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta sobre as definições relacionadas às licitações e aos contratos administrativos.

- A) Concorrência é uma modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- B) Contratação integrada é um regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- C) Compra é atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração.
- D) Bens e serviços especiais são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- E) Empreitada por preço global é a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOC **Órgão:** MPE-MS **Prova:** INSTITUTO AOC - 2022 - MPE-MS - Promotor de Justiça Substituto

3. No que diz respeito à contratação direta pela administração pública, considerando a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. É dispensável a licitação nos casos de aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, desde que

restem evidenciadas as justificativas de singularidade do imóvel, bem como a vantagem para a Administração.

II. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

III. A licitação é dispensável nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

IV. Nos casos de inexigibilidade de licitação para a aquisição de materiais fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivos, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar tal exclusividade, vedada a preferência por marca específica.

- A) Apenas II, III e IV estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas II e IV estão corretas.
- D) Apenas I, II e III estão corretas.
- E) I, II, III e IV estão corretas.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOC **Órgão:** MPE-MS **Prova:** INSTITUTO AOC - 2022 - MPE-MS - Promotor de Justiça Substituto

4. Sobre licitações e contratos, mormente as disposições contidas nas Leis nº 8.666/93 e 14.133/21, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Lei nº 14.133/21 permitiu a vigência da Lei nº 8.666/93 durante 2 (dois) anos de sua publicação e, assim, as duas leis coexistirão até a revogação da Lei nº 8.666/93, podendo a Administração optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com uma das leis, sendo que a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada das leis citadas.
- B) A Lei nº 14.133/21, que veio a substituir a Lei nº 8.666/93, passou a prever como modalidades de licitação a concorrência; o concurso; o leilão; o pregão e o diálogo competitivo, extinguindo as modalidades de tomada de preços e convite.
- C) A sistemática da Lei nº 14.133/21, em atenção ao princípio da economicidade e efetividade, passou a permitir a combinação entre as modalidades de licitação, desde que fundamentada no edital do certame e não tenha por objeto a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços de engenharia.
- D) A Lei nº 14.133/21 passou a prever que, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado nas seguintes hipóteses: a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto; b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração; c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.



E) Sobre o processo licitatório, a Lei nº 8.666/93 prevê como regra as fases de edital; habilitação; julgamento; homologação e adjudicação. A Lei nº 14.133/21 estabeleceu expressamente como fases: preparatória; divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; habilitação; recursal e homologação, devendo as licitações serem realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: PC-GO Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Agente de Polícia

5. A Polícia Civil do Estado de Goiás, com fundamento na nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), instaurou procedimento administrativo para aquisição de equipamentos de informática, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O valor estimado para a compra dos bens é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), os quais serão utilizados pela corporação no cumprimento de suas atribuições constitucionais. Diante das informações narradas, é correto afirmar que a contratação em tela configura hipótese de

- A) prévia licitação, na modalidade concorrência.
- B) prévia licitação, na modalidade pregão.
- C) prévia licitação, na modalidade tomada de preços.
- D) inexigibilidade de licitação.
- E) licitação dispensável.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: SEAD-GO Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

6. Nas definições envolvendo licitações da administração pública, consta o projeto básico que é elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares. Dentre os elementos que o projeto básico deve conter, está o orçamento detalhado do custo global da obra, que é obrigatório exclusivamente para alguns regimes de execução, e deve ser fundamentado em

- A) quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.
- B) identificação de todos os seus elementos constitutivos com clareza.
- C) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas.
- D) variações possíveis durante as fases de realização das obras e montagem.
- E) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: SEAD-GO Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

7. Assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) Concurso é a modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de

julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.

- B) A modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, é a concorrência.
- C) Leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior retorno econômico.
- D) O procedimento seletivo prévio à licitação, convocado por meio de edital e destinado à análise das condições de habilitação dos interessados ou do objeto denomina-se diálogo competitivo.
- E) A tomada de preço é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: SEAD-GO Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

8. “[...] pode-se definir a licitação como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato.” Nesse contexto, é correto afirmar que NÃO se subordinam ao regime da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021)

- A) as alienações e concessões de direito real de uso de bens.
- B) os contratos que tenham por objeto operação de crédito.
- C) as locações.
- D) as concessões e permissões de uso de bens públicos.
- E) as compras, inclusive por encomenda.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: SEAD-GO Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

9. Em determinado procedimento licitatório para a aquisição de equipamentos de informática, encerradas as fases de julgamento e habilitação, a autoridade superior, cumpridas as formalidades legais, revogou a licitação por motivos de conveniência e oportunidade, sendo os interessados devidamente intimados do ato. De acordo com a Nova Lei de Licitações, cabe recurso dessa decisão, a partir da data de intimação, no prazo de

- A) três dias úteis.
- B) cinco dias úteis.
- C) oito dias úteis.
- D) dez dias úteis.
- E) quinze dias úteis.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: SEAD-GO Prova: INSTITUTO AOCP - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

10. Assinale a alternativa correta acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).



- A) Salvo disposição em contrário, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratante.
- B) Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, salvo de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.
- C) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até seis meses, vedada a prorrogação.
- D) A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.
- E) Após formalizados, os contratos não podem ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

11. Em relação aos instrumentos auxiliares previstos na Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- A) O credenciamento é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação.
- B) A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório.
- C) Quanto ao prazo, a pré-qualificação terá validade de um ano, no máximo, e poderá ser atualizada a qualquer tempo.
- D) É admitida aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.
- E) É lícita a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

12. A respeito das alienações na Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, tratando-se de bens imóveis, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão.
- () A alienação de bens imóveis da Administração Pública cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento dispensará autorização

legislativa e exigirá apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.

() Entende-se por investidura a alienação a outro órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.

() A permuta de bens móveis, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública, é caso de inexigibilidade de licitação.

- A) F – V – V – V.
- B) F – F – V – F.
- C) F – V – F – V.
- D) V – F – V – F.
- E) V – V – F – F.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

13. À luz da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa que NÃO representa um caso de inexigibilidade de licitação.

- A) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- B) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- C) Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- D) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- E) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

14. Assinale a alternativa correta segundo a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- B) No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- C) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, primeiramente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- D) Definido o resultado do julgamento, é proibido a Administração negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- E) Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação,



em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a cinco anos.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

15. Determinado órgão público estadual pretende divulgar edital de licitação, na modalidade pregão, objetivando a aquisição de oitenta veículos automotores novos (zero KM) para a frota do Estado. Considerando o caso narrado e as disposições da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), o prazo mínimo para apresentação de propostas, contado a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de

- A) oito dias úteis.
- B) dez dias úteis.
- C) quinze dias úteis.
- D) vinte e cinco dias úteis.
- E) trinta e cinco dias úteis.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

16. No que tange à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- A) No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência, de até 10% (dez por cento) para os bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamentação.
- B) Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, a margem de preferência poderá ser de até 25% (vinte e cinco por cento).
- C) É vedada a criação de outras modalidades de licitação, entretanto admite-se a combinação das modalidades já existentes.
- D) O pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, aplicando-se, também, às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.
- E) O leilão exigirá registro cadastral prévio, terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

17. Assinale a alternativa correta acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, admitida a aquisição de artigos de luxo nos casos devidamente justificados.
- B) A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de quinze dias úteis, audiência pública sobre

licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes.

- C) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- D) Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até dois anos anteriores à data da contratação pela Administração.
- E) Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de um ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

18. Em relação à Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- A) Não poderá disputar licitação ou participar da execução de contrato pessoa física ou jurídica que, no prazo máximo de três anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente por exploração de trabalho infantil.
- B) O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.
- C) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica nos casos devidamente justificados.
- D) Como regra geral no processo de licitação, a fase de habilitação precede a de julgamento.
- E) Mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, a fase de habilitação poderá anteceder a apresentação de propostas e lances, ainda que não previsto expressamente no edital.

Ano: 2022 **Banca:** INSTITUTO AOCB **Órgão:** SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

19. Assinale a alternativa correta de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) Considera-se compra a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, caracterizada como imediata aquela com prazo de entrega de até trinta dias da ordem de fornecimento.
- B) A contratação por tarefa é o regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, vedado o fornecimento de materiais.
- C) A licitação internacional compreende a licitação processada em território nacional na qual é admitida a



participação de licitantes estrangeiros, sendo proibida a cotação de preços em moeda estrangeira.

- D) A empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total.
- E) O preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado caracteriza o superfaturamento.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

20. Sobre a incidência da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), é correto afirmar que ela NÃO abrange as licitações

- A) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- B) da Caixa Econômica Federal (CEF).
- C) da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
- D) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- E) da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

21. Nos contratos administrativos, a alteração dos preços para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada e mediante planilhas que expressem

- A) os aditivos e a variação inflacionária, ou o parâmetro econômico ou operacional que fundamenta a repactuação.
- B) as demandas e as contratações do fornecedor, ou a constatação de impedimento de continuidade da empresa.
- C) os valores de mercado praticados e a qualidade dos serviços contratados, ou a nova realidade econômico-financeira.
- D) os custos e a formação de preços, ou o novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- E) as prioridades da administração pública em manter o contrato mesmo que ocorram gastos além da previsão orçamentária.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

22. Referente à alteração e à extinção dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta segundo a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) A extinção do contrato configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que é vedada a indenização por meio de termo indenizatório.
- B) As alterações na razão ou na denominação social do contratado não dispensam a celebração de termo aditivo.
- C) O contratado terá direito à extinção do contrato nos casos de atraso superior a dois meses, contado da emissão da

nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

- D) Nas hipóteses de repetidas suspensões da execução do contrato, por ordem da Administração, que totalizem mais de sessenta dias úteis, o contratado terá direito à extinção do contrato.
- E) A extinção do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, inclusive nos casos de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

23. Foi contratada, por licitação, empresa que ficará responsável pela reforma do edifício sede de determinada repartição pública estadual. No entanto, após iniciada a reforma, por fato superveniente à contratação, restou comprovado que serão necessários acréscimos no projeto, visando à melhor adequação técnica e aos objetivos da reforma. Nesse caso, à luz da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), a Administração poderá promover a alteração unilateral do contrato, sendo o contratado obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos de até

- A) 10% (dez por cento).
- B) 25% (vinte e cinco por cento).
- C) 40% (quarenta por cento).
- D) 50% (cinquenta por cento).
- E) 60% (sessenta por cento).

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

24. Sobre a execução dos contratos, assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, exceto na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.
- B) Nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da homologação.
- C) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- D) Independentemente de aceite pela Administração, o contratado deverá manter preposto no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- E) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante celebração de termo aditivo.



Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

25. O Governo do Estado de Goiás homologou procedimento licitatório em que o objeto da licitação caracteriza a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação. Nesse caso, de acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), o contrato poderá ter vigência máxima de

- A) um exercício financeiro.
- B) cinco anos.
- C) dez anos.
- D) quinze anos.
- E) trinta e cinco anos.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

26. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta conforme a Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de sessenta dias improrrogáveis.
- B) Será obrigatório à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- C) O instrumento de contrato é obrigatório, inclusive nas hipóteses de dispensa de licitação em razão de valor.
- D) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a validade do contrato e de seus aditamentos.
- E) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

27. Em relação às infrações e sanções administrativas previstas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- A) A sanção de advertência será aplicada exclusivamente nas hipóteses em que o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- B) A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- C) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de dez dias úteis, contado da data de sua intimação.
- D) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente

federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos.

- E) No âmbito do Poder Executivo Estadual, a sanção de impedimento de licitar e contratar é de competência exclusiva dos Secretários de Estado.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: SEAD-GO
Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - SEAD-GO - Analista de Gestão Governamental - Licitações e Contratos

28. Assinale a alternativa correta acerca da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/2021).

- A) Salvo disposição em contrário, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratante.
- B) Na contratação de obras, fornecimentos e serviços, salvo de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no edital de licitação e no contrato.
- C) Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até seis meses, vedada a prorrogação.
- D) A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.
- E) Após formalizados, os contratos não podem ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: DPE-PR Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - DPE-PR - Defensor Público

29. Em relação à disciplina dos contratos administrativos e considerando a Lei n.º 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta.

- A) É possível a celebração de contratos com duração superior a um exercício financeiro, hipótese em que será necessária apenas a verificação da disponibilidade de créditos orçamentários a cada exercício financeiro.
- B) Os contratos administrativos e seus aditivos terem a forma escrita e a sua disponibilização física na sede do órgão ou Poder é suficiente para garantia da transparência.
- C) Os bens ou serviços licitados só poderão ser adquiridos pela Administração Pública através do instrumento do contrato.
- D) É possível que a Administração Pública estabeleça contrato com prazo indeterminado quando se tratar de serviço público oferecido em regime de monopólio.
- E) É lícito à Administração Pública retardar a execução de obra ou serviço contratado quando justificado na posse de novo representante do órgão público.

Ano: 2022 Banca: INSTITUTO AOCB Órgão: DPE-PR Prova: INSTITUTO AOCB - 2022 - DPE-PR - Defensor Público



GABARITO

30. Sobre o Sistema de Registro de Preços previsto na Lei n.º 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta.

- A) É possível a utilização do sistema de registro de preços para a contratação de obras e serviços de engenharia.
- B) A existência do registro de preço obriga a Administração a contratar dentro do prazo de validade, ressalvada a identificação de algum vício no procedimento.
- C) É vedada a utilização do sistema de registro de preços em qualquer caso de inexigibilidade e de dispensa de licitação.
- D) O prazo de vigência da ata de registro de preços é de um ano, vedada a prorrogação.
- E) O contrato decorrente da ata de registro de preços terá prazo máximo idêntico à validade da respectiva ata que o originou.

1. A, 2. A, 3. A, 4. C, 5. B, 6. A, 7. A, 8. B, 9. A, 10. D, 11. C, 12. E, 13. B, 14. B, 15. A, 16. A, 17. C, 18. B, 19. A, 20. B, 21. D, 22. C, 23. D, 24. C, 25. D, 26. E, 27. A, 28. D, 29. D, 30. A, 31. E.

Ano: 2022 Banca: AOCF Órgão: Prefeitura de Novo Hamburgo - RS Prova: AOCF - 2022 - Prefeitura de Novo Hamburgo - RS - Procurador



@raphaelspyere



Raphael Spyere



Estudando Direito - com Raphael Spyere

www.raphaelspyere.com.br

31. Assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

- A) Nos procedimentos realizados por meio eletrônico, a Administração não poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.
- B) A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, audiência pública, presencial ou a distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.
- C) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 30 (trinta) dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- D) É de 8 (oito) dias úteis o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação.
- E) No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.